a palavra que pedio ao Senhor Presidente da Camara
Vereador

Antonio Pinto de Mendonça
Antonio Jose da Silva
Melchior de Mello Castanho
Antonio José de Souza
Manoel de Toledo Pinto

Vereador a ordem a chamou o Sr. Vereador Pedro Castanho, Com. e visto não poderem obter maioria pela falta do mesmo Vereador, e visto não haver mais quem de chamar dos votos Presidente ao immediato em voto o Sr. Pedro Pinto Castanho. Ordenou mandou ao Vereador Secretario desta declaração em Vereação ordenou Antonio Pinto de Mendonça. Vereação ordinaria de 11 de Janeiro de 1848

Vereador Pedro Pinto

Aberta a Vereação com as cousas Mandou ler a Acta da Vereação antecedente foi lida e Vereador Secretario, e sendo foi approvada

Leu-se o seguinte Declaração

Declaração = Declaração pela qual se approva a Portaria do Exm. Vereador da Provincia de 13 de Fevereiro de 1850 determinando os documentos que devem acompanhar as Exm. Vereadores Camara da Villa de Cotia

Carta

do Ouvidor geral do Crime relativamente ao dizer-se
que depois das Devassas gerais dos Juizes
destes Districtos se devassava no Juizo
do Civel depois de ter cha-
mado todos os documentos que abonassem
a dita Portaria e depois que tem sido
ao Dezembargo do Paço gerido esta Causa julgou conve-
niente que depois das devassas geraes fossem
publicadas pelas Comarcas remettidas as mes-
mas ao Camarar não depender de virem ao
Juizo especial como se costumava
sendo ambas as Camaras contra
do Rio de Janeiro = Ao que
veio foi declarado pelo Ouvidor geral
do Crime que depois das devassas geraes
do posto as Comarcas ficou a prova do
declarado
pertencente ao seguimento que a esta
Camara dizia ser Juizes ordinarios
de dar - e Mandou que paga da garantia de
quarenta mil reis de dois terços que deve-
rão a Juizes de Fiscal, e depois com que de-
vião informar dos que constassem das
actas ao pedido do Supplicante relativamente
ao Juizo depois especial do transito
Dezembargo do Paço pela Ouvidoria geral do Crime
e depois de ter mandado citar os
Juizes ordinarios, e dos mesmos os devera
a dar Carga no tempo que deles é especial

ou outros por que delles não pagou. Camara
de Fevr.o de 1841 = Miguel Joze de Mello Cas-
tinho - Antonio Joze Valdevieço posto em
discussão com attenção foi aprovado.

Illuminação

permanente a mesma foi apresentada digo
foi presente um requerimento de Francisco
de Paula Eduardo pedindo a esta Camara or-
dene ao Fiscal lhe dê alinhamento de 33 Datas
de terras que obteve das Camaras passadas e
com de outras pensar depois de examinar
a Petição do Supplicante, a informação do
Fiscal e todos os mais papeis relativos a sua
pertenção bem como as proprias Cartas de
datas e pareceo que nem huma razão
assiste ao Supp.e em que deve ser indeferido por-
quanto é expresso no art.o 6.o da Lei de
8 de Fevr.o de 1830 deste Municipio que
todas as datas concedidas pela Camara fi-
carão nullas e sem valid.e se dentro do prazo
de um anno não forem edificadas e as da-
tas de que se trata são de muitos annos
e té agora não forão edificadas e se sum
arruadas como se vê da mesma infor-
ção do Fiscal sendo portanto huma manifes-
ta violação da Lei concederse agora
o que requer o supplicante que não pode-

pedindo a Supplicante mande ao mesmo
Ex.mo Senhor Doutor Juiz de Direito
desta Villa expedir mandado de Citação
de Datas expostas na petição do Supplicante,
e Alcoviça mais antiga que o Di-
reito, que o Supplicante allega ter com-
prado as ditas Datas, e mandar pelos
Peritos que lá vão fazer a Demarcação das
ditas Datas ao Sul. por que dellas se
faltar nada ao que pertence o
Foro das Sesmarias, dos maninhos que
as confrontão mettidos, faltas, e posse
do Supplicante diz o seguinte Termo = e Jun-
tas todas ouvido Doutor mais por tanto
a Alcoviça julga por esta Sentença que
indeferia a petição do Supplicante pelos
motivos allegados. Paço da Camará 11 de Ja-
neiro de 1761 = Mello e Mello Escrivão
Escrito em Vereação de Camara, e
Vereação se pôs a vereação que mais
convinha aprovado.

Presença do Juiz
Camara aprovou todas estas pedio palavra e disse
dição do Sr. Escrivão pedio palavra e disse
que dito Senhor não se mostrava

comissão do seu Mandato para servir as Cantos
[illegible] foi aprovado e mandado a Sr.
Secretario exigir que se integrem as Contas.

Leo-se
o requerimento do Cantor Joaõ Bruzo pedindo
Alvará para edificar duas Datas
[illegible] foi deferido
que foi indeferido em mais diligencia a
Camara de Cachoeira

Leo-se hum requerimento de Joaõ Floriano Coelho, e mandou
ser ouvido o Procurador Geral da Coroa foi a Comissão

Leo-se hum outro de Manoel Jorge
Coelho pedindo [illegible] foi a Comissão

Leo-se a Acta em que se Mandou
Abrir Hospicio [illegible] foi a Comissão

A Sr. Barão propos que era
necessario que se fizesse [illegible] aos Procu-
radores para mandarem [illegible] cinco
Cadeias pertencentes a esta Comarca De-
pois [illegible] foi deliberado.

Propos mais o Sr. Conselheiro que era
necessario pedir ao Sr. Presidente da Pro-
vincia [illegible] Soldados para
escoltar os Contos pertencentes ao Cofre. [illegible]

Carta

Almeida de Lisboa que da Sr. Barão de Cayrú
do Rosario da mesa a relação dos bens retidos
por ter cortes ao bacalhao com os declarantes
que julgam conveniente. Foram avindo
Gonçalves com pedido a palavra pergunta
adonde se pode dar inquirição de ca-
tivo que dou fé.

Antonio Pinto de Almd.
Antonio José da Silva
Melchior de Castro Cav.
Antonio José da Cou Cav.
Pedro Ferreira Costa

Sessão ordinaria de 12 de Janeiro de 1825.
Presidencia do Sr. Pinto

Offerta a sessão com cinco Membros lida e
aprovada a acta antecedente faltando sem
justa causa os Srs. Pra de Tabo Barão mul-
tado

Abonicão apresentou o parecer seguinte =
Abonicão juntamente dou de conta do trabalho
que foi encarregada do conhecimento de Joaquim
Floriano Leite expondo que demanda nova ava-
liação dos concertos que ella mandou fazer em
uma Ponta por Dona da Camara transacta
e disse que não tem lugar o que requer
por que mandou fazer digo por que a dita Cau.
mandou fazer a dita avaliação por peritos